

**HABEAS CORPUS Nº 548.481 - SP (2019/0356429-0)**

**RELATORA** : **MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE** : **BIANCA CAMARGO MOLLER E OUTRO**  
**ADVOGADOS** : **TAINA SUILA DA SILVA ARANTES TORRES - SP375399**  
: **BIANCA CAMARGO MOLLER - SP383901**  
**IMPETRADO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE** : **KELI VITOR ALVES (PRESO)**  
**INTERES.** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. WRIT MANEJADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA PROFERIDA PELO DESEMBARGADOR RELATOR NO TRIBUNAL ORIGEM. DESCABIMENTO. AUSÊNCIA DE EXAURIMENTO DA INSTÂNCIA ANTEREDENTE. PRECEDENTES. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.*

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de KELI VITOR ALVES contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferida pelo Desembargador Relator do *Habeas Corpus* n.º 2259774-79.2019.8.26.0000.

Irresignada com a decisão do Juízo das Execuções que indeferiu o pedido de retificação do cálculo de pena (fls. 204-205), a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que não conheceu da ordem (fls. 225-228).

Neste *writ*, os Impetrantes argumentam que, "[a]dvindo a alteração do artigo 112 § 3º da LEP foi requerida a retificação da fração para progressão de regime, que constasse a fração de 1/8 ao invés de 2/5, uma vez que além de cumprir todos os requisitos exigidos nos incisos do mencionado artigo, a sentenciada possui uma filha menor impúbere de 10 anos" (fl. 4).

Alega que "a acusada não foi condenada pelo crime previsto na Lei de organização criminosa e sim pelo crime de associação ao tráfico previsto no artigo 35 da Lei 11.343/2006 a qual exige requisitos COMPLETAMENTE diferentes para condenação" (fl. 5).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Requer, liminarmente e no mérito, a retificação do cálculo da pena.

É o relatório.

Decido.

Observo que o presente *writ* foi manejado contra decisão singular do Desembargador Relator do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, não tendo havido a interposição de agravo regimental objetivando a manifestação do Órgão Colegiado.

Assim, ausente o esgotamento da instância ordinária, e, não se tratando de hipótese excepcional de flagrante ilegalidade, impõe-se o não conhecimento da presente ação mandamental.

Cuida-se de entendimento firmado pelas duas Turmas que compõem a Terceira Seção desta Corte, como demonstram os seguintes precedentes, a título ilustrativo:

**"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. MANDAMUS CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO TRIBUNAL QUE RESTABELECEU PRISÃO PREVENTIVA. NÃO INTERPOSIÇÃO DO RECURSO AO COLEGIADO NA ORIGEM. WRIT INDEFERIDO LIMINARMENTE. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE FLAGRANTE. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.**

**1. A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que, não tendo a parte recorrente interposto agravo regimental para esgotamento da instância anterior, com vistas a atender os ditames do art. 105, II, da Constituição Federal, é incabível a impetração do habeas corpus, só se flexibilizando esse entendimento quando constatada ilegalidade flagrante. Precedentes.**

**2. Agravo regimental improvido." (AgRg no HC 503.168/DF, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 16/05/2019, DJe 04/06/2019; sem grifos no original.)**

**"PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO NO HABEAS CORPUS. QUADRILHA, PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO E DE MUNIÇÃO. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA OU SUBSTITUIÇÃO POR MEDIDAS CAUTELARES. PETIÇÃO RECEBIDA COMO AGRAVO REGIMENTAL. WRIT CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE DESEMBAGADOR. SÚMULA 691/STF. INCOMPETÊNCIA DESTE TRIBUNAL SUPERIOR. JURISDIÇÃO AINDA NÃO INAUGURADA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO.**

**1. O entendimento consolidado por esta Corte Superior é no sentido de que o pedido de reconsideração, interposto no prazo recursal de 5 dias, deve ser recebido como agravo regimental, nos termos dos**

# *Superior Tribunal de Justiça*

arts. 258 e 259 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

2. Hipótese em que o ato indicado como coator e impugnando na impetração, praticado por Desembargadora do TJRJ, deve ser submetido à análise do órgão julgador competente, por meio de agravo interno, não estando inaugurada, portanto, a jurisdição desta Corte Superior, consoante determinado no art. 105, II, a, da CF. Assim, a matéria não pode ser examinada, sob pena de supressão de instância.

3. Agravo regimental não provido." (AgRg no HC 507.396/RJ, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 14/05/2019, DJe 20/05/2019; sem grifos no original.)

Confirmam-se, ainda, recentes julgados proferidos pelas Primeira e Segunda Turmas do Supremo Tribunal Federal:

**"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. NÃO ESGOTAMENTO DE JURISDIÇÃO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO TEMPORÁRIA. SUPRESSÃO INSTÂNCIA.**

1. Há óbice ao conhecimento de habeas corpus impetrado contra decisão monocrática do Superior Tribunal de Justiça, cuja jurisdição não se esgotou. *Precedentes.*

[...]

3. Agravo regimental conhecido e não provido" (HC 171.614 AgR, Rel. Ministra ROSA WEBER, PRIMEIRA TURMA, DJe 03/09/2019; grifos diversos do original.)

**"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. 2. Penal e Processual Penal. 3. Sequestro e cárcere privado, extorsão e corrupção passiva (arts. 148, 158, § 1º, c/c o art. 29, e art. 317, § 3º e 4º, 'a' e 'c', da Lei 4.898/1965). 4. Retirada do monitoramento eletrônico. 5. Habeas corpus impetrado contra decisão monocrática do STJ. Impossibilidade. Esgotamento das vias recursais. Precedentes. 6. Agravo regimental a que se nega provimento"** (HC 170.091 AgR, Rel. Ministro GILMAR MENDES, SEGUNDA TURMA, DJe 03/09/2019; grifos diversos do original.)

Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora